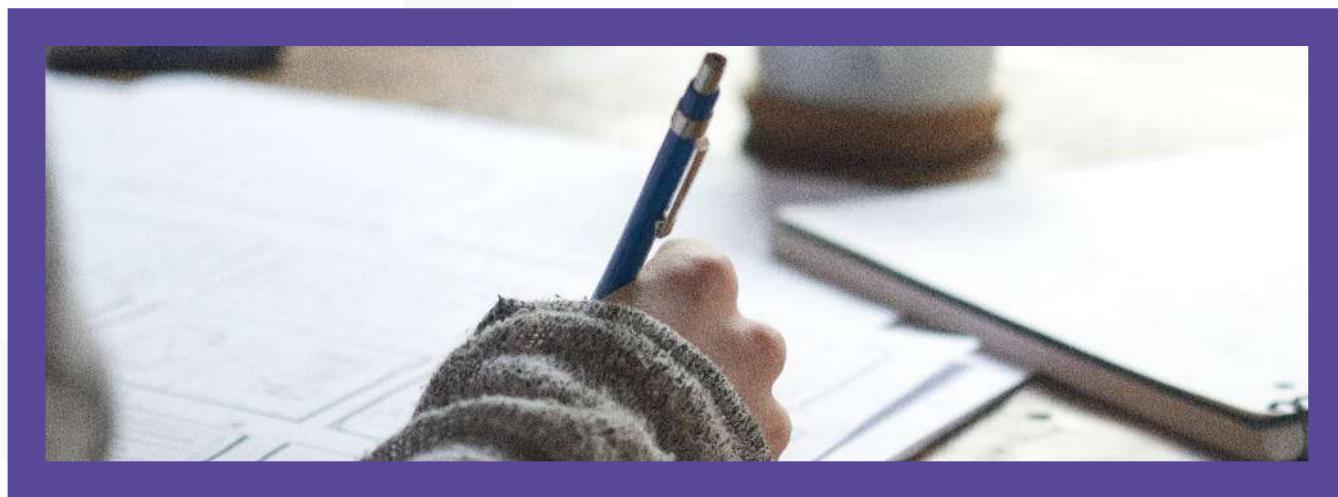


REDAÇÃO

com **Fernanda Pessoa**



**Sociólogo e professor
Laymert Garcia dos Santos**



SOCIÓLOGO E PROFESSOR LAYMERT GARCIA DOS SANTOS

SOCIÓLOGO E PROFESSOR LAYMERT GARCIA DOS SANTOS (VIVÍSSIMOOOO)

Laymert é sociólogo, filósofo e professor da Unicamp.



Seu trabalho está voltado para o campo da **tecnopolítica**, ou seja, ele analisa **como a ciência e a tecnologia moldam o mundo contemporâneo não apenas em termos técnicos, mas simbólicos, políticos, éticos e culturais**. Ele transita entre sociologia da tecnologia, filosofia da ciência, teoria crítica e pensamento decolonial.

Seu pensamento propõe um importante deslocamento: **em vez de aceitar a tecnologia como avanço inevitável, ele nos convida a interrogá-la como construção cultural, política e simbólica que tanto pode ampliar direitos quanto aprofundar desigualdades**.

Ele propõe que a tecno ciência, isto é, a aliança entre ciência, tecnologia e mercado, **não é neutra**, mas sim **um dispositivo de poder e exclusão**, que impõe um modelo único de saber, marginaliza conhecimentos não ocidentais e concentra decisões nas mãos de técnicos e corporações. Para ele, politizar a tecnologia e reconhecer a pluralidade dos saberes são passos essenciais para construir uma sociedade mais democrática e justa.

ÁREAS DE ESTUDO:

Tecnologia e justiça social: sociologia da tecnologia, tecnopolítica, bioética, cultura digital

Obra: “Politizar as novas tecnologias”

PS.: as obras dele têm uma linguagem muitoooo difícil, mas eu tentei facilitar para vocês aqui.



Politicar a tecnologia (achei o termo muito chique, por sinal) significa **tirar a tecnologia da condição de algo neutro, técnico ou meramente instrumental** e reconhecê-la como **produto de escolhas sociais, econômicas, culturais e políticas**. Em outras palavras, é entender que o desenvolvimento, uso e impacto da tecnologia não são determinados apenas por avanços científicos ou pela “lógica do progresso”, mas estão profundamente ligados a **interesses de poder, valores ideológicos e conflitos sociais**.

Politicar a tecnologia é:

1. Desnaturalizar a ideia de progresso tecnológico

- ▶ Questionar a noção de que toda inovação é automaticamente benéfica ou inevitável.
- ▶ Refletir sobre “quem decide” o que é inovação, para quem ela serve e a que custo.

2. Enxergar os impactos sociopolíticos da tecnologia

- ▶ Avaliar como certas tecnologias aumentam desigualdades, reforçam vigilância, excluem populações ou concentraram poder em poucas mãos.



3. Ampliar o debate público sobre decisões tecnológicas

- ▶ Incorporar vozes plurais (indígenas, periféricas, feministas, decoloniais) nos processos de desenvolvimento e regulação da tecnologia.
- ▶ Discutir ética, justiça, sustentabilidade, acessibilidade, e não apenas eficiência.

4. Relacionar tecnologia à disputa por futuros possíveis

- ▶ Entender que tecnologia não é destino, mas campo de disputa: que tipo de sociedade queremos construir com ela?

Em resumo, no imaginário social, a tecnologia sempre costuma ser associada ao progresso, à neutralidade e à eficiência. Contudo, quando examinada com maior profundidade, percebe-se que os avanços técnicos nem sempre resultam em inclusão ou justiça. No Brasil, o uso acrítico e concentrado da tecnologia frequentemente reforça desigualdades históricas, invisibiliza saberes populares e acentua a dependência em relação a potências estrangeiras. Nesse contexto, o sociólogo

Laymert Garcia dos Santos propõe que a tecnologia seja politizada, ou seja, debatida de forma crítica e democrática, para que se torne instrumento de cidadania, e não de exclusão.

TEMAS SOBRE ÉTICA DIGITAL, INJUSTIÇA TECNOLÓGICA, CIDADANIA DIGITAL, SOBERANIA, EDUCAÇÃO CRÍTICA EM TECNOLOGIA E EPISTEMOLOGIA DO SUL.

Exemplos aleatórios de Temas:

- * Os limites éticos do avanço tecnológico no Brasil
- * O apagamento dos saberes populares diante da tecnociência
- * A exclusão digital como forma de desigualdade estrutural
- * A dependência tecnológica e a perda da soberania nacional
- * O papel do conhecimento tradicional no enfrentamento das crises globais
- * Os riscos da tecnociência sem participação social
- * A ética da inteligência artificial e o controle algorítmico
- * A relação entre ciência, cultura e pluralidade epistêmica

Para entender as ideias do sociólogo das tecnologias, é preciso saber o conceito de tecnociência

Tecnociência é o nome dado ao modelo dominante de ciência contemporânea, em que **conhecimento científico e tecnologia estão profundamente entrelaçados e direcionados para a lógica do mercado e do controle social**.

É uma forma de produzir saberes científicos atrelada a interesses econômicos, militares e corporativos, e que se apresenta como neutra, objetiva e universal, embora seja profundamente política.

IDEIAS CENTRAIS DO SEU TRABALHO:

1. A tecnociência é uma forma de dominação simbólica e política. Por quê?

a) Porque se impõe como única forma legítima de saber

A tecnociência **deslegitima outras formas de conhecimento**, como saberes indígenas, tradicionais, orais, espirituais, populares.

Ela transforma esses saberes em “crenças”, “folclore” ou “pseudociência” e isso gera um **epistemocídio** (aniquilação de outros modos de saber).

Exemplo: o conhecimento de povos indígenas sobre o manejo da floresta é sistematicamente ignorado por empresas de biotecnologia.

b) Porque transforma a tecnologia em ferramenta de exclusão

Tecnologias digitais, algoritmos, plataformas, inteligência artificial **são construídas com base em interesses hegemônicos e excluem grande parte da população do debate e do uso pleno dessas ferramentas**.

Quem não tem acesso, domínio técnico ou fluência digital fica **marginalizado no mundo contemporâneo**.

Exemplo: o uso de reconhecimento facial em favelas para segurança pública — tecnologia que aprofunda o racismo estrutural sob o pretexto de neutralidade.

c) Porque instrumentaliza o corpo e o território

A tecnociência **controla vidas, corpos e territórios**.

Ela transforma tudo (da genética ao clima) em **objeto de extração, monitoramento e mercantilização** e isso afeta principalmente **povos racializados, empobrecidos e periféricos**, que são os mais vigiados, manipulados e explorados.

Exemplo: o uso de dados de comunidades tradicionais por laboratórios sem consentimento, conhecido como “biopirataria científica”.

d) Porque subordina o conhecimento à lógica do capital

A tecnociência serve **aos interesses de empresas privadas, complexos militares e grandes corporações**.

A lógica é: **pesquisar o que pode ser patenteado, vendido, monitorado ou controlado**, e não o que atende às necessidades sociais reais.

Exemplo: pesquisa científica em saúde e tecnologia voltada ao mercado, e não à população pobre e vulnerável.

2. O discurso da neutralidade tecnológica é uma camuflagem ideológica.

“A tecnologia **não é neutra**: ela carrega interesses políticos, econômicos e ideológicos.”

O avanço técnico, quando conduzido apenas por elites ou grandes corporações, pode **excluir populações inteiras, apagar saberes tradicionais e ameaçar a soberania nacional**. Ele propõe que a sociedade deve **politicizar o debate sobre a tecnologia**, garantindo **transparência, inclusão e diálogo com outras formas de conhecimento**.

A ideia de que “a tecnologia é apenas uma ferramenta” é um mito perigoso, pois toda tecnologia é **projetada, financiada e implementada com interesses específicos** geralmente guiados pelo lucro, pelo controle ou pela vigilância.

Exemplo: O uso de reconhecimento facial para segurança pública em favelas pode parecer neutro, mas na prática **reforça a vigilância seletiva e o racismo institucionalizado**.



3. A tecnociência é usada como forma de poder e exclusão

“A tecnociência impõe seu saber como único e superior, apagando outras formas de conhecimento.”

A tecnociência (fusão entre ciência e tecnologia guiada por interesses de mercado) tende a **monopolizar a produção do saber**. Ela impõe um modelo único de racionalidade e **desvaloriza saberes tradicionais, orais e comunitários**, como os indígenas, quilombolas e populares. Isso gera um processo de **epistemocídio**: o apagamento de modos de vida e de conhecimento que não cabem no paradigma tecnocrático.

Esse modelo **cria uma elite cognitiva e exclui os povos que não se encaixam no paradigma tecnocrático**.

Exemplo: Os saberes ancestrais de povos indígenas sobre o manejo da floresta são vistos como “folclore” diante da biotecnologia extrativista.

4. A soberania tecnológica é a única forma de garantir a condição de justiça social

“Não dominar a tecnologia é abrir mão de decidir sobre o próprio futuro.”

O Brasil não produz nem controla as tecnologias que utiliza (como softwares, redes, IA, telecomunicações), o que o coloca em posição de **dependência geopolítica**.

É urgente a criação de **tecnologias públicas, nacionais e livres**, que respeitem os direitos sociais e a diversidade cultural.

Ele alerta contra a entrega dos dados, da infraestrutura e da soberania a empresas estrangeiras.

Exemplo: A dependência de serviços da Google, Meta ou Microsoft compromete a **autonomia do Estado brasileiro sobre dados sensíveis**.

5. Ecologia de saberes: conhecimento é plural

“Precisamos construir formas de convivência entre diferentes formas de inteligência.”

Inspirado também em Boaventura de Sousa Santos, Laymert propõe uma **ecologia de saberes**: uma convivência crítica entre a ciência ocidental e outros modos de inteligência: espirituais, tradicionais, comunitários.

A tecnologia, para ser justa, precisa ser **culturalmente situada**, construída com as pessoas e não imposta a elas.

Exemplo: Um sistema de energia solar feito com participação de comunidades tradicionais deve respeitar seus valores e práticas, e não ser apenas imposto de cima.

6. Tecnopolítica: democratizar o debate sobre tecnologia

“A tecnologia é um campo de luta política e precisa ser debatida coletivamente.”

Decisões sobre tecnologias não devem ser tomadas apenas por técnicos ou corporações.

A sociedade tem o direito e o dever de participar dessas decisões, pois os impactos da inovação **atingem a vida coletiva, os direitos e os territórios**.

Ele propõe **educação crítica, democratização da informação e participação cidadã** no debate sobre tecnologia.

Politicizar a tecnologia é tornar **seu desenvolvimento um processo público, transparente e plural**.

Exemplo: A implantação de IA em serviços públicos exige **transparência, regulação e controle democrático**.

Em outras palavras:

Decisões sobre tecnologias não devem ficar restritas a técnicos ou corporações, uma vez que seus impactos afetam diretamente a vida coletiva, os direitos e os territórios das populações. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a sociedade tem não apenas o direito, mas também o dever de

participar ativamente desses processos. Laymert Garcia dos Santos propõe, para isso, o fortalecimento da educação crítica, a democratização da informação e a ampliação da participação cidadã nos debates sobre ciência e inovação. Politizar a tecnologia, portanto, significa transformar seu desenvolvimento em um processo público, transparente e plural, orientado pelo interesse coletivo e pela justiça social.

Ideias do sociólogo Laymert

Garcia dos Santos no livro

“Politizar as novas tecnologias”:

“A tecnologia não é apenas uma ferramenta técnica, mas um campo de disputas políticas que precisa ser debatido coletivamente.”



“A imposição da tecnociência como saber único gera exclusão epistêmica e apaga culturas e modos de vida historicamente marginalizados.”

“Ao depender de tecnologias estrangeiras e privadas, o Brasil compromete sua soberania digital e limita a construção de soluções próprias.”

“Uma ecologia de saberes permite que a ciência dialogue com a ancestralidade, com a oralidade e com a diversidade cultural.”

“Politizar a tecnologia é garantir que o avanço técnico respeite os direitos humanos, a justiça social e a pluralidade epistêmica.”

EM TERMOS PRÁTICOS PARA A REDAÇÃO E PARA A VIDA:

Tema: A tecnologia no Brasil

Tópico frasal: *A tecnologia, quando não politizada, reforça desigualdades estruturais sob o disfarce de progresso neutro.*

Por quê? (Notem que as explicações abaixo já servem como ampliações)

Vejam como FPzinha aqui vai explicar...

Porque toda tecnologia é criada dentro de um contexto de poder.

A tecnologia não nasce do nada, nem de forma neutra. Ela é **projetada, financiada e controlada** por grupos específicos, geralmente **governos, empresas ou elites técnicas**. Nesse sentido, quando esses grupos decidem **o que será criado, para quem e com qual finalidade** sem a participação da sociedade, as tecnologias passam a **atender aos interesses de poucos**, e não ao bem comum.

Exemplo: Algoritmos usados em processos seletivos automatizados costumam reproduzir **viés de raça e classe**, excluindo candidatos de perfis historicamente marginalizados.

Porque o discurso do “progresso tecnológico” esconde desigualdades preexistentes

Fala-se muito em “inovação” e “futuro digital”, mas **não se discute quem está dentro ou fora desse futuro**. Nessa perspectiva, ao aplicar tecnologias sem levar em conta **desigualdades de acesso, infraestrutura, letramento digital ou diversidade cultural**, aprofunda-se a exclusão.

Exemplo: Políticas educacionais baseadas em plataformas digitais ignoram milhões de estudantes sem internet ou dispositivos em casa.

Porque reforça estruturas de exclusão sob aparência de modernidade

Tecnologias são vistas como “objetivas” e “eficientes”. Isso dá a elas **autoridade simbólica**. Nesse sentido, quando um sistema tecnológico (como a inteligência artificial) **exclui, vigia ou discrimina** não há um **questionamento social amplo**, porque é um sistema tratado como técnico, e não político.

Exemplo: O uso de reconhecimento facial em favelas é vendido como inovação em segurança, mas na prática **reforça a criminalização de corpos negros e pobres**.

Porque silencia saberes e realidades não-hegemônicas

A tecnologia ocidental moderna é construída com base em um modelo de racionalidade **técnico, científico e mercadológico**, que **desvaloriza outras formas de conhecimento**, como os saberes indígenas, quilombolas, populares e espirituais.

Exemplo: Projetos de desenvolvimento que impõem tecnologias a comunidades tradicionais sem diálogo **apagam modos de vida e produção sustentáveis**.

Politicizar a tecnologia significa **trazê-la para o debate público**, questionar **quem decide, com quais objetivos, e a quem ela serve ou exclui**. Isso é fundamental para que a inovação não reproduza desigualdades, mas ajude a superá-las.

Ideias de Tópicos frasais:



A associação automática entre tecnologia e progresso esconde o fato de que, ao ser apresentada como neutra, a inovação pode aprofundar desigualdades já existentes.

A crença na neutralidade tecnológica despolitiza o debate público e legitima desigualdades estruturais.

A tecnologia deve ser politicizada, pois, quando vista como neutra, mascara relações de dominação e de exclusão que interferem diretamente na soberania dos povos e na efetivação da justiça social.

A inteligência artificial, quando despoliticizada e centralizada em mãos corporativas, transforma-se em instrumento de exclusão e reforço de desigualdades.

Embora a inteligência artificial prometa eficiência, ela frequentemente opera como dispositivo de dominação simbólica, ao silenciar saberes não hegemônicos e aprofundar assimetrias sociais.

O avanço tecnológico, quando desprovido de debate público, transforma-se em instrumento de exclusão social e apagamento cultural.

A importação acrítica de tecnologias e saberes estrangeiros aprofunda a subordinação epistemológica e tecnológica do Brasil.

A tecno ciência dominante marginaliza conhecimentos tradicionais, como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, ao considerá-los “não científicos”.

Quando a inovação ignora o território, ela apaga saberes e impõe soluções que ferem a diversidade.

A tecno ciência, ao se apresentar como única via legítima do saber, abre caminho para o epistemicídio institucionalizado.

Sem soberania digital, a autonomia nacional torna-se fachada e os dados do povo viram moeda de troca.

A ausência de participação popular nos rumos da tecnologia transforma democracia em espetáculo técnico.

Tecnologia sem escuta social se converte em máquina de dominação vestida com a roupa da eficiência.

A exclusão digital não reside apenas na ausência de conexão, mas na negação do direito de codificar o próprio destino.

Ao transformar a ciência em instrumento de mercado, a tecno ciência desvia o conhecimento de seu compromisso com a vida.

Sem pluralidade epistêmica, a ciência se torna uma torre de controle que observa, define e marginaliza o outro.

A tecno ciência dominante promove a exclusão simbólica de saberes populares e ameaça a diversidade cultural.

A ausência de controle sobre as tecnologias utilizadas no país compromete a autonomia política, cultural e econômica do Estado.

A dependência de tecnologias estrangeiras revela uma nova forma de colonialismo: a submissão epistêmica e técnica dos países do Sul global.

A inteligência artificial, embora simbolize inovação, muitas vezes reproduz padrões históricos de desigualdade e silencia sujeitos marginalizados.

A tecno ciência exerce um papel de dominação simbólica quando se impõe como única forma válida de saber e desqualifica saberes ancestrais e excluindo populações inteiras do debate sobre o futuro da humanidade.

O modelo dominante de ciência impõe um saber técnico-universal que deslegitima e apaga formas alternativas de conhecimento.

Além de promover exclusão simbólica por meio do apagamento de saberes não hegemônicos, a tecno ciência também atua como ferramenta de controle social e concentração de poder.

MEUS PARÁGRAFOS (FPZINHA AQUI):

Um parágrafo de Desenvolvimento de FP:

Tópico frasal: A associação automática entre tecnologia e progresso esconde o fato de que, ao ser apresentada como neutra, a inovação pode aprofundar desigualdades já existentes.

Com base nesse cenário, é fundamental perceber que **a associação automática entre tecnologia e progresso esconde o fato de que, ao ser apresentada como neutra, a inovação pode aprofundar desigualdades já existentes**. Isso ocorre, porque, à medida que ignora as realidades sociais em que é aplicada, a tecnologia tende a excluir os sujeitos mais vulneráveis de seus benefícios e decisões, consolidando um modelo técnico distante das necessidades populares. Em outras palavras, o que se projeta como avanço universal, muitas vezes, atende a interesses específicos e reproduz formas sutis de dominação. Dessa forma, nota-se uma lógica que precisa ser urgentemente politizada, pois, segundo o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, **discutir publicamente o desenvolvimento tecnológico é a forma mais segura de garantir que ele esteja a serviço da justiça social, da diversidade cultural e da democracia participativa**.

Um parágrafo de Desenvolvimento de FP:

Tópico frasal: A crença na neutralidade tecnológica despolitiza o debate público e legitima desigualdades estruturais.

Com base nesse cenário, **observa-se que a crença na neutralidade tecnológica despolitiza o debate público e legitima desigualdades estruturais**. Isso ocorre, porque a maioria das tecnologias utilizadas no Brasil (desde algoritmos de vigilância até plataformas de educação) é desenvolvida por grandes corporações estrangeiras sem adaptação às realidades locais. Nesse sentido, como afirma o sociólogo Laymert, essa dependência tecnológica compromete a autonomia do país e transforma a tecnologia em instrumento de dominação, e não de emancipação, pois exclui populações periféricas, promove o racismo algorítmico e reforça o controle dos dados pessoais.

Um parágrafo de Desenvolvimento de FP:

Tópico frasal: O avanço tecnocientífico, ao se impor como única forma válida de conhecimento, contribui para o apagamento de saberes tradicionais e populares.

Com base nesse cenário, nota-se que **o avanço tecnocientífico, ao se impor como única forma válida de conhecimento, contribui para o apagamento de saberes tradicionais e populares**. Isso ocorre, porque saberes indígenas, quilombolas e periféricos são constantemente ignorados ou desqualificados pelas instituições científicas e tecnológicas, as quais, de acordo com o sociólogo Laymert, ignoram a possibilidade de uma **ecologia de saberes**, segundo a qual diferentes formas de inteligência (popular, ancestral, oral, comunitária) devem conviver com a ciência. Sem essa convivência, a tecnologia passa a servir a interesses econômicos imediatos e a desconsiderar a sustentabilidade, a cultura e a dignidade das populações afetadas.

Conclusão com proposta de intervenção

Portanto, para que a tecnologia atue como instrumento de justiça social, é necessário que o **Poder Executivo Federal**, por meio do **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**, crie um **Conselho Nacional de Tecnologias Democráticas**, o qual será composto por cientistas, educadores, povos tradicionais e representantes da sociedade civil. Esse conselho deverá avaliar e regular a implantação de tecnologias no país, a fim de priorizar o respeito aos direitos humanos e aos saberes locais. Afinal, é preciso que o Brasil avance tecnicamente **sem abandonar sua diversidade cultural e política**.



ANOTAÇÕES

Parágrafo de um possível D2 de FP

Tópico frasal: A crença na neutralidade da tecnologia mascara o fato de que ela está profundamente imersa em relações de poder.

Além disso, observa-se que **a crença na neutralidade da tecnologia mascara o fato de que ela está profundamente imersa em relações de poder**. Isso ocorre, porque plataformas digitais, algoritmos e sistemas de inteligência artificial não são produtos autônomos da ciência, mas construções humanas atravessadas por interesses econômicos e geopolíticos. No Brasil, a adoção acrítica de tecnologias importadas, sem controle democrático e sem adaptação às realidades locais, agrava desigualdades históricas e produz efeitos concretos de exclusão digital, de vigilância seletiva e de racismo algorítmico. Essa dinâmica revela que a tecnologia, longe de ser neutra, atua como instrumento de reprodução de estruturas de dominação, especialmente quando desconsidera saberes pluripistêmicos e contextos socioculturais específicos. Por isso, segundo o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, a sociedade brasileira precisa compreender que, ao depender de tecnologias estrangeiras e privadas, abre mão de sua soberania e compromete direitos fundamentais, como a privacidade, a autonomia e a justiça social. Dessa forma, politizar a tecnologia não é um luxo teórico, mas uma necessidade ética e política diante da colonização tecnocientífica que ameaça tanto a autonomia dos povos quanto a justiça social.

Conclusão com proposta de intervenção

Portanto, diante dos riscos da tecno ciência não regulada, é essencial que o **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**, em parceria com universidades públicas e representantes da sociedade civil, crie um **Conselho Nacional de Tecnologias Democráticas**, com a função de avaliar criticamente a implantação de tecnologias no território brasileiro. Esse conselho deve garantir a participação de cientistas, educadores, povos tradicionais e organizações sociais, a fim de assegurar que o avanço técnico esteja alinhado com os direitos humanos e com a valorização da diversidade cultural. Assim, o país caminhará para um modelo de desenvolvimento mais justo, soberano e plural.

Um parágrafo de Desenvolvimento de FP:

Tópico frasal: O modelo dominante de ciência impõe um saber técnico-universal que deslegitima e apaga formas alternativas de conhecimento.

Com base nesse cenário, nota-se que **o modelo dominante de ciência impõe um saber técnico-universal que não apenas silencia, mas apaga sistematicamente outras formas de conhecer o mundo**. Isso ocorre, porque, ao classificar os saberes indígenas, quilombolas e camponeses sobre território, saúde e ecologia como “não científicos”, a tecno ciência ocidental estabelece uma hierarquia epistêmica que legitima apenas aquilo que se encaixa em seus próprios parâmetros de verdade. Esse processo, como denuncia o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, constitui um epistemocídio: a destruição simbólica de sistemas de conhecimento que, embora milenares, são tratados como resquícios do atraso. Nesse sentido, ao invés de dialogar com essas epistemologias situadas, a ciência hegemônica opera como dispositivo de exclusão e perpetua um projeto colonial que desautoriza tudo o que não fala sua língua técnica. Dessa forma, politizar o saber é romper com a arrogância do universalismo e abrir espaço para uma ciência plural, enraizada na escuta, na interculturalidade e na justiça cognitiva.

Um parágrafo de Desenvolvimento de FP:

Tópico frasal: Além de promover exclusão simbólica por meio do apagamento de saberes não hegemônicos, a tecno ciência também atua como ferramenta de controle social e concentração de poder.

Ademais, é fundamental observar que **além de promover exclusão simbólica por meio do apagamento de saberes não hegemônicos, a tecno ciência também atua como ferramenta de controle social e concentração de poder**. Isso ocorre, porque, longe de serem neutros, algoritmos, plataformas digitais e sistemas de vigilância são aplicados de forma desigual, atingindo com maior rigor as populações negras, periféricas e pobres. Sob esse viés, tecnologias como o reconhecimento facial, por exemplo, operam sob a fachada de eficiência e segurança, mas, na prática, reforçam o racismo estrutural ao criminalizar certos corpos e territórios. Dessa forma, como alerta o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, é urgente politizar a tecnologia: torná-la objeto de debate público, submetê-la a controle democrático e adaptá-la às realidades locais. Sem isso, corre-se o risco de transformar avanços técnicos em novos dispositivos de dominação, mascarados por promessas de progresso.

Conclusão com proposta de intervenção (modelo ENEM):

Portanto, para que a tecnologia não seja um instrumento de exclusão, mas sim de emancipação, é essencial que o **Poder Executivo Federal**, por meio do **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**, crie um **Conselho Popular de Tecnologias Democráticas**, com a participação de cientistas, povos tradicionais, movimentos sociais e universidades. Esse conselho irá avaliar os impactos sociais de novas tecnologias, promover o diálogo com saberes diversos, a fim de garantir que inovações estejam voltadas para o bem comum. Dessa forma, será possível construir um país no qual o conhecimento sirva à justiça, e não ao controle.

**ANOTAÇÕES**



Estamos juntos nessa!



CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.